



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº. 010 /2022.

Cordeirópolis, 17 de março de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente:

PROTOCOLO Nº 00493/2022
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
DATA: 17/03/2022 HORA: 15:26
Autoria: Prefeito Municipal
Assunto: Altera a Lei Complementar nº 281, de 22 de julho de 2019, que Dispõe sobre a reorganização administrativa e quadro de

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o projeto de Lei Complementar que “**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 281, DE 22 DE JULHO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E QUADRO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

A Procuradoria Geral do Município (PGM) é uma instituição de caráter permanente e essencial à função jurisdicional do Estado Municipal, sendo que a presente iniciativa busca otimizar esse importante trabalho, por meio da alteração pontual da sua estrutura administrativa.

É cediço que há um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Município de Cordeirópolis, no qual há o compromisso de manutenção da estrutura de atuação do órgão jurídico municipal, com a intenção de garantir as prerrogativas profissionais dos advogados públicos municipais, mas, também, de garantir a defesa dos interesses republicanos vinculados à municipalidade.

continua



Inobstante, tal projeto de lei não deverá diminuir a estrutura da Procuradoria Geral do Município (PGM), mas dinamizá-la, uma vez que pretende o fortalecimento da equipe de apoio, o que deverá culminar no avanço da atuação técnica, tão necessário ao enfrentamento das demandas locais, com vistas ao bem comum e à legalidade dos atos públicos, estando, portanto, em sintonia às obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta citado alhures.

Num outro plano, há que se mencionar que o presente projeto de lei não deverá onerar os cofres públicos, uma vez que tem por característica justamente a otimização da estrutura já existente, através da extinção do cargo de Assessor Nivel II, a extinção de 01 (uma) vaga do cargo de Procurador Municipal (permanecendo com 4 vagas), a criação do emprego permanente mensalista de Analista de Procuradoria (2 vagas), e a alteração da referência da função gratificada de Coordenador da Dívida Ativa, restando tudo dentro do orçamento vinculado à Procuradoria Geral do Município (PGM), representando, assim, um melhor aproveitamento dos recursos vinculados no orçamento municipal.

Por provocação da própria Procuradoria Geral do Município (PGM), que se submete à avaliação constante das necessidades práticas da rotina jurídica local, o presente projeto de Lei Complementar segue à alta deliberação dessa **Egrégia Câmara Municipal**, que certamente saberá avaliar a importância de sua aprovação.

Concluindo, com devido respeito, submeto o presente projeto de Lei Complementar à elevada apreciação dos ilustres Vereadores que integram esta **Casa legislativa**, na esperança e certeza de que após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado em regime de urgência na devida forma regimental.

continua



Mensagem nº 020/2022

continuação

fls. 03

Auguramos, portanto, a todos os nossos insígnies legisladores os nossos protestos de consideração e respeito.

Respeitosamente,



JOSÉ ADINAN ORTOLAN
Prefeito Municipal de Cordeirópolis



Projeto de Lei Complementar nº 6, de 17 de março de 2022

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 281, DE 22 DE JULHO DE 2019, QUE DISPOE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E QUADRO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que apresentou a judiciosa apreciação da Colenda **Câmara de Vereadores de Cordeirópolis** o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei Complementar nº 281, de 22 de julho de 2019, ficam alterados em conformidade com a descrição a seguir:

“Art. 25

I -

I.1 –

I.2 –

§ 1º - O Procurador Geral do Município, responsável pela direção dos Procuradores Municipais, será nomeado em função de confiança pelo Prefeito Municipal, em sistema de rodízio dentre os Procuradores Municipais com mais de 3 (três) anos de carreira, para um mandato de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º - O Procurador Municipal será provido em caráter efetivo por meio de concurso público, de provas ou de provas e títulos, para atuação na Procuradoria Geral do Município.

continua



§ 3º

Art. 41 – *O trabalho de apoio da Procuradoria Geral do Município será exercido por Analistas de Procuradoria e por Assessores de Gabinete do Procurador Geral do Município, com as seguintes atribuições:*

I – Analista de Procuradoria: emprego público administrativo, com atribuições de prestar auxílio às atividades processuais e extraprocessuais da Procuradoria Geral do Município; prestar auxílio aos Procuradores Municipais, no interesse da Procuradoria Geral do Município, auxiliando na elaboração de peças processuais, documentos, despachos, e pareceres, que deverão ser submetidos à aprovação do Procurador Geral do Município; preparar a entrada e a saída de dados ou inserir dados em sistema informatizado; controlar o andamento de processos administrativos e judiciais; realizar contato com as demais unidades administrativas, no interesse da Procuradoria Geral do Município; desempenhar outras funções não privativas dos Procuradores Municipais, que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral do Município.

II – Assessor de Gabinete do Procurador Geral do Município: cargo em comissão, com atribuições de organizar e prestar auxílio logístico ao Procurador Geral do Município; realizar estudos doutrinários e jurisprudenciais, bem como preparar informações por solicitações dos Procuradores Municipais; fornecer aos Procuradores Municipais subsídios e elementos que possibilitem a defesa do Município em juízo, bem como a defesa dos atos inerentes à Procuradoria Geral do Município.

continua



Parágrafo único – Os serviços auxiliares da Procuradoria geral do Município contarão com a colaboração de estagiários do curso de direito.

Art. 42 – Para compor a Procuradoria Geral do Município fica estabelecida:

I ...

II ...

III – A criação de 2 (duas) vagas para o emprego permanente mensalista de Procurador Municipal, anteriormente denominado de Advogado, com referência inicial 16 (dezesseis), da Tabela 2 (dois), introduzida pela Lei Complementar nº 209/2014, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, passando a existir 4 (quatro) Procuradores Municipais no quadro permanente;

IV – A criação de 2 (dois) empregos públicos permanentes de Analista de Procuradoria, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, referência inicial 13 (treze), da Tabela 2 (dois), introduzida pela Lei Complementar nº 209/2014, com escolaridade exigida de bacharel em direito, cuja investidura far-se-á por concurso publico de provas ou de provas e títulos;

V - A criação de 2 (dois) cargos de Assessor de Gabinete do Procurador Geral do Município, de provimento em comissão, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

continua




Art. 2º - Fica revogada a criação do cargo em comissão de Assessor Nível II, vinculado à Procuradoria Geral do Município, constante no Anexo II, da Lei Complementar nº 281, de 22 de julho de 2019.

Art. 3º - A referência da Função Gratificada de Coordenador da Dívida Ativa, constante no Anexo II, da Lei Complementar nº 281, de 22 de julho de 2019, fica alterada para FG-1, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos ____ de março de 2022; 124 do Distrito e 75 do município.



JOSÉ ADINAN ORTOLAN
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer.

Considerando os seguintes dados:

FINALIDADE: Autorizar o município de Cordeirópolis, a realizar alteração a Lei Complementar nº 261, artigos 25, 41 e 42;

JUSTIFICATIVA: Dinamizar a rotina jurídica, sem que isso viesse a onerar os cofres públicos;

ESTIMATIVA DE GASTOS :

DISCRIMINATIVO	2022	2023	2024
Valor nominal da despesa	-26.585	-36.868	-38.038
(%) s/ RCL	-0,013%	-0,017%	-0,017%
Receita Corrente Líquida (estimativa)	204.500.000	222.423.000	229.500.000

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

**Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

ORIGEM DOS RECURSOS:

DISCRIMINATIVO	2022	2023	2024
Recursos Próprios	-26.585	-36.868	-38.038
Recursos Vinculados			
Total	-26.585	-36.868	-38.038

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PLANO PLURIANUAL

A despesa está prevista nas diretrizes e metas do Plano Plurianual, Lei Municipal nº 3240 de 25 de junho de 2021.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A dotação orçamentária atenderá as despesas decorrentes nas seguintes rubricas:, Lei Orçamentária Anual Nº 3259 de 30/11/2021.

Cordeirópolis/SP, 17 de março de 2022.



RENATO MARCELO MASCARIN
Contador
CRC 1/SP 166.142

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Eu, **JOSÉ ADINAN ORTOLAN**, Prefeito Municipal de Cordeirópolis - SP, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro **DECLARO** existir recursos para realizar o gasto, cujas despesas, no exercício financeiro de 2022.

Estando adequadas à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Cordeirópolis/SP, 17 de março de 2022



JOSÉ ADINAN ORTOLAN
Prefeito Municipal